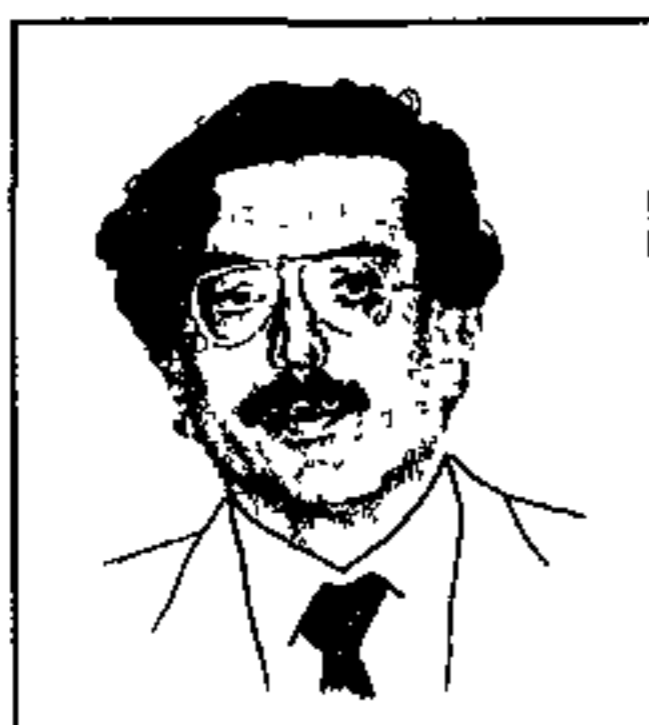


RODRIGO LARA MESQUITA

Dívidas e dúvidas ambientais na Amazônia de FH

Ao contrário do governo Sarney, os governos Collor-Itamar encerram seu ciclo deixando a Fernando Henrique Cardoso uma dívida ambiental enorme, principalmente na Amazônia. As declarações do novo presidente sobre a recuperação da Transamazônica aguçaram ainda mais a comunidade científica, ambientalista e a opinião pública nacional e internacional. Para muitos, qualquer atividade econômica na Amazônia é sinônimo de desastre ambiental.

Condenar uma determinada atividade econômica na Amazônia — a pecuária ou a mineração, por exemplo — é tão absurdo quanto defendê-la em qualquer parte. A ordenação territorial estabelece os melhores locais para cada atividade e as condições de seu exercício, sem que isso comprometa o equilíbrio ecológico regional. Esse processo de ordenamento territorial começa com zoneamento da área. Depois vêm as políticas setoriais, a regulamentação, a fiscalização e os critérios de manejo adequados a cada por-



Sem presença do poder nacional, a região segue à deriva

ção territorial. Há quase 20 anos, o Projeto Radam, com essa preocupação, mapeou toda a Amazônia, com detalhes da ordem de um quilômetro. Esse trabalho serviu e serve muito, mas continua pouco conhecido e subutilizado. O IBGE arrasta há anos, com o dinheiro do contribuinte, mais um retrato da Amazônia, com mapas e estudos seis vezes mais genéricos do que os realizados 15 anos atrás, como se fossem novidades. Aliás, eles demoraram tanto para publicar que até essa pretensa atualização já deve estar desatualizada. Com a atual dinâmica econômico-social do Brasil, as possibilidades de zoneamentos são tantas e tão dinâmicas que um único mapa seria incapaz de responder a todos esses interrogantes em escala operacional. É nisso que reside a vantagem dos sistemas de informações geográficas e dos satélites espaciais disponíveis no Brasil. Eles podem gerar um grande número de zoneamentos, conforme a preocupação de quem planeja, as prioridades do momento

ou os objetivos da ordenação territorial, e isso em várias escalas.

Imaginar e propor um zoneamento único e genérico para a Região Amazônica é sonhar com um instrumento inócuo e inoperante. Por isso, o Programa Nossa Natureza, do presidente Sarney, já previa em 1989, com recursos e prazos definidos, uma série de áreas e temas prioritários para serem objeto do zoneamento ecológico-econômico com um custo inferior a US\$ 5 milhões e prazos da ordem de dois anos. No governo Collor, o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, transformou esse processo em negociações federais que levaram à sua queda.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos, sob o comando do almirante Mário Flores, falou de US\$ 100 milhões e prazos de seis a dez anos para mapear a Amazônia de forma homogênea. De concreto, não dispomos de nada até hoje. Pior ainda: em pleno fim de governo, a SAE assina um altamente suspeito repasse de dinheiro público, de forma sigilosa e montante desconhecido, para duas ONGs — a Funcate e a FBDS — executarem o zoneamento da Amazônia. Como se o assunto não exigisse transparência e pudesse ser encaminhado ao arrepio da comunidade científica, ambientalista e da sociedade

em geral! Esse crime de lesa-pátria está sem explicações. Merecerá uma severa auditoria, mas deixará um triste legado para o presidente Fernando Henrique.

Após cinco anos sem nenhum resultado, a ordenação territorial concebida no governo Sarney, foi para o lixo no governo Collor e hoje dá lugar a mais operações escusas na SAE de Itamar, sob o comando do almirante Flores. Os burocratas que lucram com seus cargos não têm pressa. Quando começarem a operacionalizar o zoneamento, no ritmo atual da SAE, através dos Estados, não terá sobrado metade da região e a nossa deputação também deferirá a idéia de que não há pressa. A ausência de ação é a pior das opções. O melhor exemplo é o da BR-364 na saída para o Pacífico: não decidir não significa congelar a estrada. Num ritmo lento, mas constante, as prefeituras melhoraram sua traficabilidade, enquanto o entorno vai sendo ocupado de forma desordenada. A cada ano que passa, a ordenação territorial se torna mais cara e complicada. Sem presença do poder nacional, a Amazônia segue à deriva. Haja paciência, dinheiro, sal e tinta.

■ Rodrigo Lara Mesquita, jornalista, é diretor da "Agência Estado"